



**Maria da Graça Carvalho**  
Eurodeputada

## A saída da crise

Ao aprovar o pacote legislativo da governação económica para a Europa, o Parlamento Europeu deu um passo decisivo na direcção certa. Este conjunto de medidas, apesar de necessário, ainda é insuficiente. Os órgãos de decisão europeus terão de reforçar o pacote de medidas nas vertentes de mais crescimento económico, maior celeridade nos processos de decisão das Instituições Europeias e maior eficiência da estrutura de comando da UE. Como referiu o Presidente da CE no seu Discurso do Estado da União, de 28 de Setembro, o fomento do crescimento económico exige, para além da mobilização do orçamento comunitário como alavanca para o crescimento, o aumento substantivo deste orçamento, a emissão de "Project bonds", a aposta na tecnologia e a libertação de todo o potencial do mercado interno, criando, por exemplo, o mercado único digital, bem como a concepção de programas que ajudem os jovens a encontrar o primeiro emprego. Em simultâneo o processo de tomada e de aplicação das decisões tem de ser repensado de forma a ser possível – sem desrespeitar os princípios democráticos – encurtar o tempo que medeia entre a tomada de decisão e a sua implementação no terreno. Finalmente, a arquitectura de comando, a nível europeu, tem de ser mais clara e mais eficiente. Por exemplo, neste momento o Euro é representado por cinco pessoas diferentes a nível europeu - Jean-Claude Juncker, Durão Barroso, Olli Rehn, Herman Van Rompuy, Jan Vincent-Rostowski – que nem sequer fazem parte do mesmo órgão de decisão.

A adopção de um governo económico europeu deveria traduzir-se no reforço do papel da CE e do seu Presidente. Aliás, a CE deveria ser o governo económico da Europa. Estou certa de que a Comissão, mais uma vez, fará justiça à sua reconhecida capacidade de iniciativa e apresentará no próximo Conselho Europeu um plano completo para levar a Europa a sair da crise em que se encontra.

## fórum

### Director

**Jorge dos Santos** (C.P. nº 1654)  
jorge.santos@oalgarve.com

### Redacção

**Rodrigo Burnay** (C.P. nº 7223)  
- Coordenador  
rodrigo.burnay@oalgarve.com;

**Tiago Griff** (C.P. nº 8436)  
tiago.griff@oalgarve.com

**Carina Rosa** (C.P. nº 8927)  
carina.rosa@oalgarve.com

**Carla Lourenço** (C.P. nº 9089)  
carla.lourenco@oalgarve.com

- Edição concelhos Barlavento: Albufeira, Lagos, Vila do Bispo, Aljezur, Portimão, Monchique, Silves e Lagoa.

**Susana de Sousa**

susana.sousa@oalgarve.com  
- Correspondente concelhos Vila Real de S. António, Tavira, Castro Marim e Alcoutim.

### Departamento Gráfico

**Mário Coelho**

### Departamento Comercial

**Andreia Abrantes**  
(coordenadora)  
andreia.abrantes@oalgarve.com

**Ana Ferro**  
ana.ferro@oalgarve.com

### Serviços Administrativos

Susana Bernardo  
susana.bernardo@oalgarve.com

### Projecto Gráfico

**Agostinho Franklin**  
Comunicação Editorial  
defrank57@gmail.com

### Propriedade

**CanalAlgarve**, Sociedade  
Jornalística e Editorial, Lda.

Rua Dr. José de Matos -  
Edifício Platina - Loja A- R/C  
8000 - 502 Faro

### NIF 509840906

Capital social: 50.000 euros  
• ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve  
Gerência: João Rosado e Feliciano Rito

### Depósito Legal Nº 286772/08

Título registado no ICS sob o nº 104915

### Contactos

Telefone 289 801 548/9  
Fax 289 801 550  
info@oalgarve.com  
publicidade@oalgarve.com

### Apoio assinantes

Telefone: 289 801 548;  
assinaturas@oalgarve.com

### Impressão Imprejournal SA

### Distribuição Vasp e CTT

Semanário Sai à sexta-feira

### Tiragem deste número

10.800 exemplares



**Miguel Freitas**  
Deputado do PS

## Deixar respirar a economia

Vivemos tempos exigentes, de enormes desafios, que apelam a um grande sentido de responsabilidade. As nossas dificuldades são conhecidas, decorrem de um país excessivamente endividado e de uma economia que não cresce o suficiente. Escolher entre cortar na dívida ou estimular a economia é a quadratura do círculo.

O Governo já optou. Cortar, suspender, adiar, são os verbos que mais ouvimos. Em tudo há uma lógica: reduzir o papel do estado. Privatizar áreas tão importantes como a água, deixando sem controlo os grandes domínios da economia nacional. Tudo em nome da atracção do investimento estrangeiro. Este é o sentido estratégico que o PSD/CDS querem impor ao país. Vendem tudo: os anéis e os dedos. E cobram quase tudo, aumentando todos os impostos, previstos e imprevisos no Memorando da Troika. Fazendo pagar, essencialmente, os rendimentos do trabalho e afectando as PME's, como é o caso do aumento previsto do IVA na restauração.

É tempo de discutir o Orçamento de Estado. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para cumprir as metas orçamentais. Mas há opções. Ou temos um orçamento que deixa respirar a economia ou será a receita para a desgraça. Nós achamos que há margem para estimular a economia, melhorando condições de financiamento da banca e das empresas e tendo uma política fiscal diferenciada, apoiando particularmente as empresas no seu esforço de internacionalização. O PS considera fundamental assegurar na próxima revisão do Memorandum e junto do Banco Europeu de Investimento uma linha de crédito específica de financiamento às nossas empresas no montante de cinco mil milhões de Euros. E defende a desalavancagem da banca, dando-lhe condições para que possam ter acesso a financiamento a custos controlados. Além disso, é prioritário desenvolver o mercado de capitais para PME's (Alternext) como forma de diversificar as fontes de financiamento. Destas medidas destacam-se a criação do Fundo de Liquidez do Mercado, a promoção da criação de Fundos de Investimento em títulos de PME's e a promoção do investimento nestes Fundos.

Defendemos, ainda, no âmbito do OE para 2012, a diferenciação entre lucros distribuídos e lucros reinvestidos em sede de tributação de IRC como medida de estímulo à confiança, ao investimento e ao emprego.

Estes são os sinais que a economia precisa para voltar a respirar.



**Álvaro Viegas**  
Advogado

## A segurança e o Algarve!

Nos últimos tempos tem-se acentuado a sensação de insegurança no Algarve. Lemos os jornais diários e a violência, os roubos, os furtos e as várias cenas de pancadaria nas zonas de diversão nocturna é uma constante.

Quando isto acontece os autarcas exigem e com razão mais efectivos da GNR e da PSP ao longo do ano e não só na época balnear. Só que como se viu no passado e no dia-a-dia este aumento de efectivos policiais não resolve o problema da violência e da criminalidade.

Numa região quase exclusivamente turística o acesso aos cuidados de saúde e a segurança são factores diferenciadores que os clientes tomam em consideração no acto da compra da viagem.

Como é impossível ter um polícia à porta de cada casa e de cada loja nunca se irá resolver o problema da falta de segurança de pessoas e bens. Têm de ser encontradas novas soluções que passem por incrementar ainda mais o projecto pioneiro da ACRAL lançado em 2001 denominado "Sistema Colectivo de Segurança" de instalação de alarmes nas lojas com ligação directa à GNR. Foram instalados mais de 1.000 alarmes e o resultado foi bastante positivo. É urgente que este sistema se estenda às localidades vigiadas pela PSP e que são as principais cidades algarvias.

A vídeo vigilância nas ruas e principalmente nos centros das cidades tem de ser outra das prioridades dos nossos governantes, desbloqueando pela via legislativa os entraves da Comissão de Protecção de Dados. Quando existem conflitos de interesses, como parece existir com a necessidade de assegurar maior segurança aos cidadãos e a protecção da identidade e privacidade das pessoas um dos interesses tem de sucumbir ao outro e neste caso parece-me muito mais sensato que a privacidade dê lugar à segurança.

Virão alguns afirmar que estamos perante um Estado securitário que privilegia a segurança em detrimento dos alguns direitos legítimos dos cidadãos. Pois que seja. Prefiro viver num País onde sei que a polícia vigia permanentemente as ruas do que viver num País abandonado à marginalidade e entregue aos bandidos que impunemente vagueiam pelas ruas das nossas cidades e onde os nossos filhos não se sentem livres para viver como crianças.